

Marcelino dos Santos: um político que também escrevia versos

Por Lucas Muaga

Muito conhecido por sua estrita ligação com a política, Marcelino dos Santos (1929-2020) também aventurou-se no mundo da literatura, escrevendo textos com fins políticos, que ficaram conhecidos como “poesia de combate”.

O livro “Canto de Amor Natural” (1985) fica na história como sendo o único publicado em nome de Marcelino dos Santos, que como poeta encarnou e ficou conhecido como “Lilinho Micaia” e “Kalungano”, nomes que, iguais à sua poesia, são de combate. Escreveu, nesse diapasão, textos que foram publicados num dos primeiros jornais da história de Moçambique, “O Brado Africano”, dos irmãos José e João Albasine, considerados fundadores da imprensa moçambicana.

A escrita de Marcelino dos Santos está presa à ideologias políticas, de um militante e co-fundador da

Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), que se assume político e vê os seus versos a denunciar, de forma explícita, o seu lado revolucionário. Marcelino dos Santos, também nos seus versos, fazia política e divulgava as ideologias nacionalistas.

Escrevia, portanto, uma poesia que se quer partidária e alinhada, onde não se vê nenhum problemas em dar vivas ao seu partido. São visíveis, nos seus versos, as ideias mono-partidários, um sistema político que vigorou em Moçambique até os inícios da década 90.

Nesta ordem de ideias, Marcelino dos Santos deixa claro que “o meu lugar| é lá onde a Frelimo determina”, para mostrar o grau de autoridade do partido que proclamou a Independência, lembrando que todos os cidadãos devem obediência ao mesmo, o detentor do poder. Por isso, pariu os seguintes versos: “somos soldados da Frelimo| cumprimos a missão do partido”.

Os versos acima são de um Mar-

celino que afirmava ser a própria Frelimo, fazem parte de “Para Moral”, declamado na cerimónia de encerramento do curso da Escola de Formação Política, dividido em 4 panfletos, tanto que o leitor confronta-se com versos como: “somos soldados da Frelimo| cumprimos a missão do partido”.

Alguns poemas que constam do “Canto de Amor Natural”, foram escritos durante a estadia de Marcelino dos Santos, na cidade de Paris, capital da França. Aliás, este é o caso do texto que baptiza o livro, que remonta o longínquo ano de 1953 e é dividido em três partes (essa é a divisão que caracteriza a maioria dos poemas em causa).

A sua passagem por Paris não foi esquecida no livro, aliás, o poema “vivre – aimer – et la avie quotidienne”, é um dos exemplos disso, uma vez que, foi redigido em francês.

A poesia de Marcelino dos Santos, sem deixar a característica de combate, é também um gesto de

saudade e amor à terra.

Traz, neste sentido, algumas marcas identitárias, como se fossem escritos por um homem exilado, lembrando os “sabiás” um dos mais aclamados poetas brasileiros Gonçalves Dias, quando diz que o Brasil “tem palmeiras”. São as mesmas de Inhambane ou da Zambézia, figuras que aparecem com outros elementos que fazem o leitor regressar à Moçambique, tais quais “mangueiras, cajueiros, xirico, palmeiras, belekaste e pilão”. O recém falecido político ainda escreveu “Eu canto ao meu amor” e “pela força desse mesmo amor| Ó Moçambique, meu bem amado| Ó minha terra querida”.

A poesia do combate escrita pelo político moçambicano expressa, em quase todas as 160 páginas do livro publicado pela AEMO, a sua sede de justiça e não esconde o seu sentimento anticolonialista. A cada acção de injúria, contra qualquer cidadão, dirá Marcelino, faz crescer ainda mais o desejo de

revolução, tanto “que séculos de escravidão| foram para calar o teu coração”.

O silêncio era impossível, daí nasceram Lilinho Micaia e Kalungano, para que, às escondidas, as palavras fosse a pólvora que atinge o colonialismo. Através da escrita, Marcelino dos Santos denunciou que os moçambicanos eram “vendidos às minas do Transval, pelos senhores”. O cidadão moçambicano, denuncia Kalungano, “foi ao rand| e quando voltou| voltou sem dinheiro| tuberculoso e já sem vida| com pobreza” ou, ainda, que “xangana| filho de Moçambique| nasceu pobre| e não foi à escola”. Para terminar, Marcelino dos Santos mostra-se esperançoso quanto ao que seria o futuro do seu país e afirma que o seu canto é de “esperança”, “certeza” e “de amor natural”. Neste sentido, sempre valerá fechar um verso de um político e combatente, que está certo, pese embora os actuais debates neocolonialistas, que a vitória está destinada, pois “De novo serei rei”.



Comunicado de Imprensa

A migração é influenciada por cinco tipos de factores impulsionadores: políticos, demográficos, económicos, sociais e ambientais. As alterações ambientais representam um factor bastante importante na medida em que a sua ocorrência, em conjunto com outros factores impulsionadores, sua duração e forma impulsionam o indivíduo e podem levar a que este se torne num migrante.

As mudanças climáticas têm como uma das principais consequências o aumento de pessoas deslocadas por causa dos desastres ambientais.

Nos últimos anos, os desastres ambientais têm gerado mais “refugiados/ migrantes” do que guerras e conflitos armados de acordo com o relatório “Alterações Climáticas e Cenários de Migrações Forçadas”, o número de pessoas que se encontram fora de seu habitat natural por conta de causas ambientais já ultrapassa 25 milhões.

Em Moçambique, nos últimos 20 anos, mais de 8 milhões de pessoas foram afectadas por desastres naturais, causados por fenómenos naturais, retrocedendo significativamente o desenvolvimento económico do país (INGC, 2017).

Entre os anos de 2015 e 2017 Moçambique foi afectado pela seca que obrigou o país a procurar assistência humanitária. As estatísticas revelam que mais de 2.2 milhões de moçambicanos foram afectados pela seca durante esse período (Mate, 2017; 2016).

Dados mostram que nos últimos 10 anos, o número de deslocados internos sempre variou, tendo atingido o seu pico em 2017 com 186.000 pessoas deslocadas internamente. Os motivos desses deslocamentos internos variam desde a seca, os ciclones e as inundações.

Em março e abril deste ano, os ciclones “Idai” e “Kenneth” fustigaram o país, causando 600 mortes e destruição. Estes desastres originaram milhares de migrantes climáticos internos.

A Livaningo continua preocupada com a falta de políticas claras sobre os migrantes climáticos. Só na presente época chuvosa, mais de 3 mil casas ficaram totalmente destruídas, ou seja, muitas famílias ficaram sem tecto, e, certamente, um número significativo dos afectados terá de procurar outros locais para habitação e produção de alimentos.

Com efeito, a Livaningo promoveu no passado dia 13 de Novembro,

em Maputo, uma formação sobre Mudanças Climáticas e Movimentos Migratórios, visando fomentar um debate público sobre Mudanças Climáticas e Movimentos Migratórios no contexto das Mudanças Climáticas; incentivar maior engajamento dos deputados em acções de advocacia ligadas às Mudanças Climáticas; capacitar tomadores de decisão, deputados da Assembleia da República, membros das Assembleias Autárquicas e organizações da sociedade civil sobre Mudanças Climáticas, causas, consequências e possíveis soluções.

O treinamento enquadrou-se no âmbito do projecto “Refugiados Climáticos: Impacto das Mudanças Climáticas nas Zonas Costeiras”, apoiado pelo povo Americano através da Agencia dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) em parceria com a Counterpart Internacional (CPI), tendo contado com a presença de membros das autarquias das cidades costeiras das províncias de Cabo Delgado, Zambézia e Nampula, representantes de INGC da cidade de Maputo e Pemba, representantes das vítimas do ciclone Kenneth e membros das organizações da sociedade civil.

Tendo Moçambique assumido compromissos para a redução da emissão dos gases de efeito de estufa e consequentemente a redução do impacto das Mudanças Climáticas nas comunidades e grupos mais vulneráveis (Acordo de Paris), e através da elaboração e implementação de políticas, estratégias e planos, ao reconhecer e proteger os migrantes climáticos nos seus instrumentos, o Governo estaria a contribuir na “necessidade superior de impedir qualquer violação ou ameaça de lesão à dignidade da pessoa humana.”

A Livaningo apela ao Governo de Moçambique para que:

1. Reconheça legalmente os migrantes Climáticos no país;
2. Crie condições de inclusão, reconhecimento e protecção dos migrantes climáticos em Moçambique;
3. Construa uma estrutura que ofereça protecção, mecanismos ou medidas que minimizem os efeitos dos deslocamentos e que possa garantir aos “refugiados climáticos” um tratamento em conformidade com o princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

A presente actividade foi possível graças ao generoso apoio do povo Americano através da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) em parceria com a Counterpart Internacional.